

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a formação do professor de sociologia à distância

Resultado de pesquisa finalizada

GT 25 – Educação e Desigualdade Social

Letícia Bezerra de Lima

Resumo:

O objetivo deste trabalho consiste em compreender o processo de expansão do ensino superior público via modalidade à distância através do consórcio Universidade Aberta do Brasil (UAB), e a sua especificidade na formação do professor de sociologia. Criada em 2006, a UAB tem como principal objetivo a democratização do ensino superior público nas regiões do interior do país. Pretendemos compreender como tem se dado a implantação deste ensino, no caso, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Investigamos a particularidade do curso EaD; a utilização da metodologia à distância tem facilitado o processo de ensino/aprendizagem do licenciando?; qual é a estrutura organizada nos polos pesquisados para que assegurar condições adequadas de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Ensino Superior; Ensino a distância; Formação de professores

Se no início da década de 1990, o ensino a distância tinha um caráter profissionalizante ou de complementação de estudos, na atualidade, o ensino a distância, tem sido caracterizado como uma nova modalidade de ensino (Brasil, 2005), utilizado não apenas como recurso tecnológico (ou da tecnologia) na sala de aula (Barreto, 2009), mas como estratégia de formação de professores no ensino básico e como política de inclusão de jovens no ensino superior.

Os primeiros indícios legais sobre o ensino a distância aparecem na Lei de Diretrizes e Bases – LDB, Lei nº9.394/1996 (Brasil, 1996), indicado no artigo 80, que estabelece que o poder público incentivará o desenvolvimento de programas de ensino a distância. Os decretos de nº2.494/1998 e nº 2.561/1998 (Brasil, 1998a e 1998b) regulamentam o artigo da LDB, e em linhas gerais estabelecem (1) que o ensino a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, amparado por diversos meios de comunicação; (2) os cursos ministrados à distância estariam vinculados ao sistema de ensino superior, incluindo o sistema federal e as instituições de educação profissional em nível tecnológico, credenciados pelo Ministério da Educação – MEC (Lima, 2007).

Outro passo importante para a expansão do ensino a distância como modalidade de ensino se deu com a Portaria nº 2.253/2001 (Brasil, 2001a), que abre a possibilidade às universidades, centros universitários, faculdades e centros tecnológicos a utilizarem 20% da carga horária de seus cursos por meio de ensino à distância. Neste mesmo ano, 2001, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) e CAPES aprovaram a oferta de pós-graduação *stricto sensu* à distância.

É fundamental perceber que o ensino a distância ganha caráter de política de Estado com a aprovação do Plano Nacional de Educação, sob a Lei nº 10.172/2001 (Brasil, 2001b), que incentiva a formação e capacitação dos professores em serviço. Ainda, associa o ensino a distância (EaD) à oferta de ensino para os segmentos populacionais mais pauperizados.

No governo Lula da Silva se intensificará o projeto de expansão do EaD. Logo após a sua eleição, em 2003, o então Ministro da Educação Cristóvam Buarque anunciou um ambicioso programa,

que dentre diversas propostas de “democratização do acesso ao ensino superior”, estava a de formação de docentes a distância, cujos aspectos centrais seriam a utilização do EaD para a formação de professores de nível fundamental e médio, para a educação continuada desses profissionais em serviço e ampliação do número de vagas nas IES públicas (Lima, 2007).

A despeito de críticas ao referido programa feito pelas entidades acadêmicas, como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e também dos sindicatos como o ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), a diretriz foi levada adiante quando em 2005, pelo Decreto nº 5.622/2005, regulamentando o que caracteriza o ensino a distância: modalidade educacional cujo processo de ensino e aprendizagem se dá através das tecnologias de informação e comunicação (Brasil, 2005).

Um marco importante de consolidação dos projetos anteriores apresentados – leis e decretos criados e alterados para que fosse possível implantar o EaD no ensino superior –, foi a criação do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), um consórcio entre os governos federal, estaduais e municipais que oferecem através das universidades públicas (federais e estaduais) cursos de licenciatura à distância e de formação inicial e continuada, seja na modalidade graduação ou pós-graduação (*latu e strictu sensu*), com o objetivo proclamado de ampliar a formação de professores na rede básica brasileira, expandindo e interiorizando a oferta de cursos e programas de educação superior no país (Brasil, 2006).

A política de expansão de ensino superior via ensino à distância, representa, na voz oficial, uma iniciativa e um processo de “inclusão” e “democratização” do ensino.

Cabe salientar que todo esse processo de criação e implantação da Universidade Aberta compõe um contexto de expansão de ensino superior, bem demarcado pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Neste sentido, em 2007, foi criado através do Decreto nº 6.096/2007, o Plano Nacional de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) que grosso modo ampliou as vagas das universidades públicas, porém crescimento este atrelado sob específicas condições como o de se cumprir determinadas metas, sejam elas: 90% de formados em relação aos ingressantes e a relação aluno/professor de 12 para 18 em um prazo de cinco anos – “índice semelhante às universidades privadas mais mercantis” (Leher, 2010). Ainda, o REUNI propõe ampliar as vagas presenciais nos cursos de graduação de 101 mil em 2002, para 227 mil em 2012. (Leher, 2010 apud Pinto, 2009)

“A base material da reestruturação pretendida pelo REUNI é, como visto, sumamente frágil e a tendência de estagnação dos recursos é concreta (...). A expansão das matrículas é real, mas em bases precárias. O número de campi das universidades federais cresceu significativamente (mais 115 campi desde 2003). Contudo, a distância entre a criação no papel e sua efetivação é grande. A grande maioria dos novos campi funciona de modo particularmente precário, em prédios emprestados, escolas estaduais, com poucos docentes efetivos (...). Sem luta as universidades federais conhecerão um quadro profundamente difícil. Novos campi, novos cursos, cursos redimensionados para atender ao dobro dos alunos, mas sem base material e de pessoal para dar conta dessa enorme demanda”. (Leher, 2010).

“A realização de mais de 10 mil concursos docentes é uma das contradições positivas do REUNI. Embora longe de ter recuperado a força de trabalho necessária para o funcionamento universitário das IFES e, em especial, para cobrir o déficit histórico e as futuras aposentadorias, a entrada de novos professores é, em si mesma, uma variável importante. (...) O hiato entre o número de concursos e o déficit atual e futuro é e será enorme nos próximos

anos. É preciso lembrar que mais de 70% dos atuais servidores universitários devem se aposentar nos próximos cinco a dez anos”. (Id. Ibid.)

Como percebemos no trecho acima, a abertura de novos concursos para professores, neste ponto, pode ser um dos aspectos positivos do REUNI, visto que a criação da licenciatura EaD e presencial possibilitaria a chegada de novos professores, porém, o *déficit* de vagas ainda é grande, uma vez que segundo Leher (2010), 70% dos servidores se aposentarão nos próximos dez anos.

Sendo assim, voltado para o desenvolvimento da modalidade de ensino a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país, a UAB tem como principais objetivos:

I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

IV - ampliar o acesso à educação superior pública;

V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;

VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância;

VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação. (Santos, 2010)

As finalidades e objetivos serão realizados por um regime de colaboração entre a União e os entes federativos com as instituições públicas de ensino superior, em articulação com polos de apoio presencial. Os polos são unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância – deverão dispor de infra-estrutura e recursos humanos adequados às fases presenciais dos cursos e programas do sistema UAB. Cabe a Capes MEC coordenar a implantação, o acompanhamento, a supervisão e a avaliação dos cursos do sistema UAB.

As despesas do sistema UAB correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério da Educação (MEC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Em relação ao pagamento de bolsas para coordenadores, professores e tutores associados ao sistema, veremos a seguir uma tabela com as respectivas remunerações, ficando evidente que o valor está aquém das atribuições de um docente universitário, desvalorizando seu trabalho, portanto.

Tabela 1 – Sobre Cargos, Tarefas e Bolsas dos “Associados”¹ da UAB

Função	Tarefa	Bolsa (valor em reais)
Coordenador/ Coordenador Adjunto nas instituições	Professor ou pesquisador indicado pela IPES vinculadas ao sistema UAB que atuará nas atividades de coordenação e apoio aos polos	1.500

¹ Nota-se que a palavra que liga o trabalhador à UAB é a de “associado”. Palavra esta que nos dá a impressão de desvinculação do vínculo empregatício com o trabalhador – coordenadores, professor/a e tutores – dos cursos à distância. E de fato, veremos no Capítulo III as relações de trabalho proporcionadas por este consórcio.

públicas de ensino superior (IPES) ²	presenciais e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos e programas implantados.	
Coordenador de curso nas IPES	Professor ou pesquisador designado/indicado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB, que atuará nas atividades de coordenação de curso implantado no sistema UAB e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos.	1.400
Coordenador de Tutoria nas IPES	Professor ou pesquisador designado/indicado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB, que atuará nas atividades de coordenação de tutores dos cursos implantados no âmbito do Sistema UAB e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos.	1.300
Professor-pesquisador conteudista	Professor ou pesquisador designado/indicado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB, que atuará nas atividades de elaboração de material didático, de desenvolvimento de projetos de pesquisa, relacionadas aos cursos e programas implantados no âmbito do Sistema.	1.300
Professor-pesquisador	Profissional ou pesquisador designado ou indicado pelas IPES, vinculadas ao Sistema UAB, que atuará nas atividades típicas de ensino, de desenvolvimento de projetos e de pesquisa, relacionada aos cursos e programas implantados no âmbito do Sistema UAB.	1.300
Tutor presencial e EaD	Profissional selecionado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB para o exercício das atividades típicas de tutoria, sendo exigida formação de nível superior e experiência mínima	765.00

² A sigla IPES é comumente utilizada para referenciar as Instituições Privadas de Ensino Superior. No caso deste documento, a sigla é utilizada para referenciar Instituições Públicas de Ensino Superior (IES).

	de 1(um) ano no magistério do ensino básico ou superior, ou ter formação pós-graduada, ou estar vinculado a programa de pós-graduação.	
Coordenador de polo presencial	Professor da rede pública, graduado e com, no mínimo 3 (três) anos em magistério na educação básica ou superior, responsável pela coordenação do polo de apoio presencial.	1.100

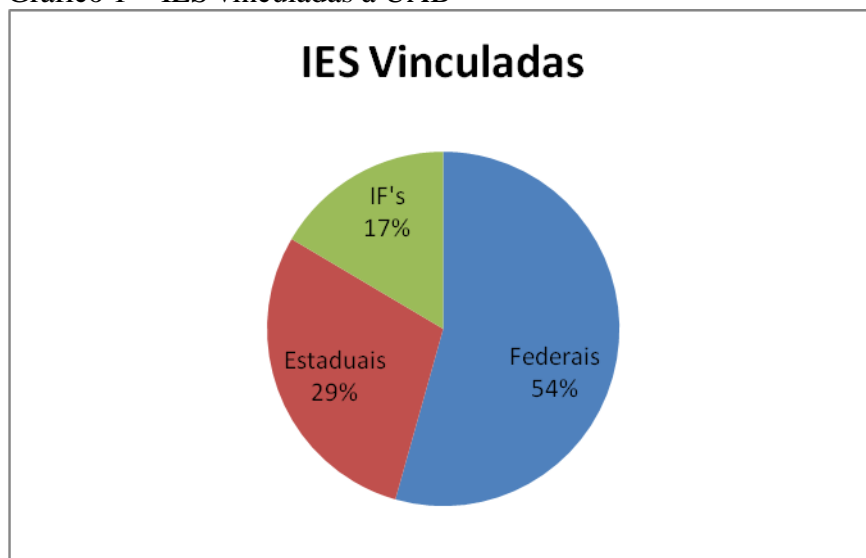
Fonte: Resolução CD/MEC nº 8 de 30 de abril de 2010. Disponível em <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/legislacao/2341-resolucoes>

Os cursos à distância são criados pelas universidades à medida que “editais” são divulgados pela Capes, uma vez que dependem de financiamento extra da universidade.

Após este curto período de existência da UAB (2006 a 2012), o diretor de Educação à Distância da CAPES, João Carlos Teatini, afirmou em novembro de 2012 – em entrevista no portal da UAB³ – que a fase é de consolidação do sistema UAB e apresenta o quantitativo de instituições públicas de ensino superior (IES) vinculadas: 103 no total.

As universidades federais ocupam o primeiro lugar sendo 56 universidades federais que aderiram à UAB; em segundo, 30 universidades estaduais; e em terceiro, 17 institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

Gráfico 1 – IES vinculadas à UAB



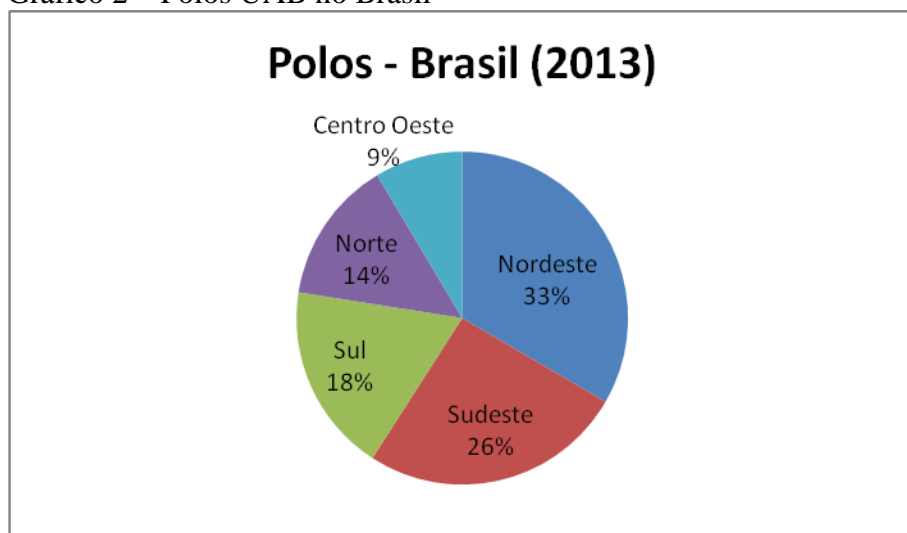
Fonte: UAB

No Brasil existem 653 polos de apoio presencial com destaque para a região Nordeste, onde há 218 polos instalados. O Sudeste apresenta 168 polos; o Sul apresenta 120; a região Norte, 91 e a região Centro Oeste, 56. A região Norte apresenta a maior quantidade de polos proporcionalmente à

³ Acesso em <http://www.uab.capes.gov.br>.

quantidade de municípios (existem polos instalados em 19% dos municípios da região). No Estado do Rio Grande do Sul, onde realizamos nossa pesquisa de campo, existem **46 polos** da UAB, portanto, há polos presenciais em apenas 9,2% municípios do Estado, conforme gráfico abaixo:

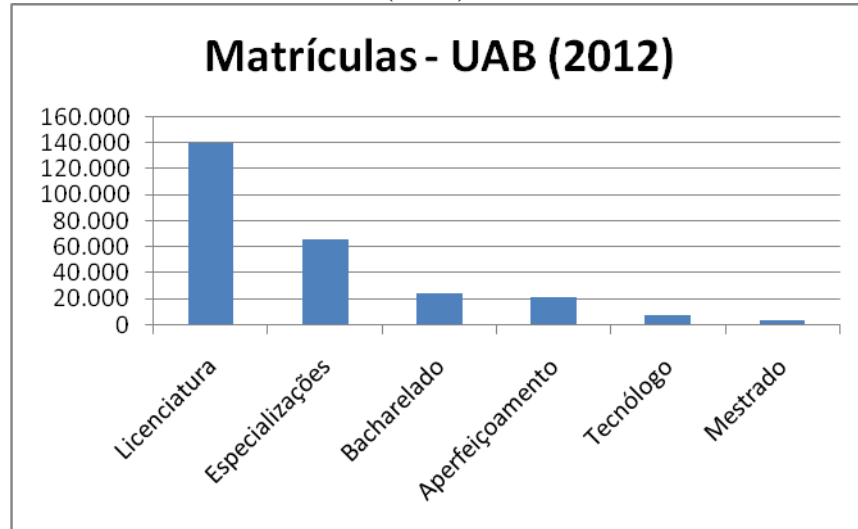
Gráfico 2 – Polos UAB no Brasil



Fonte: UAB

Até novembro de 2012 eram 140.000 matrículas nos cursos de licenciatura, 24.207 no bacharelado, mais de 6.877 no nível tecnólogo, mais de 66.000 nas especializações, 21.176 para aperfeiçoamento e 2.800 no mestrado profissional em matemática (o único curso de mestrado oferecido até agora). Somando-se também os cursos de formação pedagógica, extensão e sequencial, totalizam-se **268.028 matrículas** ativas em outubro de 2012 e 42.611 concluintes até este período (Brasil, 2012).

Gráfico 3 – Matrículas UAB (2012)



Fonte: UAB

Segundo dados do INEP (Brasil, 2012), os cursos na modalidade a distância (público e privado) aumentaram 30,4%, enquanto os presenciais, apenas 12,5%. Em 2009, as matrículas em EaD chegaram a 930.179, enquanto em 2001 esse número era de apenas 5.359. As matrículas em EaD atingiram em 2009, 14,1% do total de matrículas de graduação, enquanto em 2005 esse número era apenas de 2,5%. Cerca de 50% das matrículas são nas licenciaturas e os cursos mais procurados são: Pedagogia, Letras, Matemática e História. De acordo com o Plano Nacional de Educação – PNE (Brasil, 2001), a meta para 2010 era que cerca de 30% dos jovens entre 18 e 24 anos estivessem no ensino superior, enquanto atingiu no máximo 14% (Santos, 2010). A taxa representa um baixo acesso dos jovens ao ensino superior, e percebemos então que, como uma medida alternativa a essa realidade, o ensino a distância é justificado como a saída para a “democratização do ensino superior”.

Percebemos através dos dados que existe um grande esforço na expansão da UAB, enquanto o ensino superior público presencial não consegue expandir nas matrículas no ensino superior. Podemos nos indagar se é no ensino a distância que será possível atingir um número maior de estudantes oferecendo ao mesmo tempo uma educação de qualidade para todos.

Diante dessa realidade, entramos de fato no desdobramento do segundo eixo do trabalho, que é compreender como se deu a implantação dessa política na UFSM, com a criação do curso de Licenciatura em Sociologia EaD.

Nossa pesquisa investiga o curso de licenciatura em Sociologia à distância enquanto uma modalidade que é singular na formação do professor de sociologia. O estudo deste segundo eixo foi efetivado por meio da análise dos documentos que institucionalizam o curso e o seu processo de implantação; da organização curricular, projeto e material pedagógico; processo de seleção e avaliação – alunos e tutores. A investigação não se limitou a análise documental, incluindo um trabalho de campo – realizado no período de 02 a 22 de março do presente ano – na cidade de Santa Maria, onde está localizado o campus da UFSM. Durante o campo, estivemos em dois municípios, Agudo e Restinga Seca, dois polos que ofertam o curso de sociologia. Neste contexto, foi possível realizar entrevistas com a coordenadora do curso, os tutores presenciais e à distância dos polos, os/as professores/as e alunos do curso.

O curso de Licenciatura em Sociologia à distância está associado ao sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)⁴, criado no ano de 2009 sob forte apelo do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), que tem como principal objetivo ampliar o acesso e permanência na educação superior, como vimos em capítulo anterior.

Uma das justificativas da implantação da licenciatura desta está ancorada na criação do sistema UAB, que tem como principal objetivo garantir a “democratização, expansão e interiorização do ensino superior público e gratuito no país”.

Outra motivação para a criação do curso à distância, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), está relacionada ao Parecer nº 38/2006, do Conselho Nacional de Educação do MEC, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia no ensino médio.

Some-se a isto o fato de que após dois anos da divulgação deste Parecer, foi aprovada a Lei nº 11.684/2008 que institui a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia e Filosofia nas **três séries** do ensino médio. Após essa decisão criou-se uma demanda real nas escolas do país por professores formados nas respectivas áreas.

Até a aprovação da lei, não existia um curso (público) destinado à formação de professores de sociologia na região de Santa Maria. Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), encontramos uma particularidade no que diz respeito à **licenciatura** em Sociologia: o curso EaD foi criado anteriormente ao curso presencial.⁵

O curso de licenciatura em Sociologia à distância teve seu primeiro vestibular e a primeira turma iniciada em 2009, e o presencial, em 2010; isto aconteceu – o curso EaD ter sido implantado antes do presencial –, segundo a coordenadora do curso à distância, por motivos burocráticos, não detalhados por ela.

Segundo a coordenadora o curso EaD não é um curso de “fluxo contínuo”, ou seja, de entrada anual pelo vestibular, pois depende de editais – especialmente que “financiem” a implantação do curso. Para que seja aprovada uma nova turma, há a convocação de uma reunião de Departamento. Apesar de afirmar que o curso não está associado ao Departamento de Sociologia, é preciso legitimar a criação do curso pelo mesmo.

A entrada para o curso se dá pelo processo seletivo organizado pela COPERVES (Comissão Permanente de Vestibular da UFSM), que realiza uma prova específica aos candidatos aos cursos de ensino a distância. Destaca-se que no vestibular de 2009, a inscrição custou R\$ 75,00, sendo possível que os candidatos entrassem com um pedido de isenção – somente aqueles que fazem parte do cadastro único de programas sociais do governo federal, ou seja, membro de uma família de “baixa renda”, que é a família que possui renda de até três salários mínimos.

Uma das particularidades do curso à distância na UFSM é a de que o curso é 100% a distância, ou seja, o professor não deve dar nenhuma aula presencial. Essa é uma indicação por parte do NTE - núcleo de tecnologia educacional, responsável pela administração e desenvolvimento dos cursos EaD na UFSM - que espera que o professor visite o polo presencial apenas para aplicar a prova presencial, esta obrigatória a todos os alunos. Em nossa pesquisa, vimos que é uma demanda dos alunos e professores que se tenha ao menos uma vez por semestre uma aula presencial, para tirar dúvidas, fazer questionamentos em relação à disciplina. A relação professor e aluno não é substituível pela tecnologia,

⁴ Em 2009, foi criado na UFSM o curso de Licenciatura de Sociologia presencial, noturno. A primeira turma iniciou o curso em 2010 com 30 alunos. Até o atual ano letivo (2013) foram realizados quatro vestibulares, portanto, temos 4 turmas em andamento, sendo que a primeira turma se formará em julho de 2014.

⁵ Cabe salientar que em agosto de 2007, foi criada uma turma única – ou turma especial – em licenciatura em Sociologia. Este curso era destinado aos bacharéis em Ciências Sociais, egressos da UFSM, que ao cursar quatro semestres letivos, com disciplinas relacionadas à formação de professores, obtinham o título da licenciatura.

embora seja encarada como no PPC e pela UAB como “revolucionária”, é “fetichizada” no processo de ensino/aprendizagem.

Embora seja uma questão importante a demanda por aula presencial, percebemos também a grande carga de trabalho de um professor EaD. Este, que em geral, é docente da UFSM e já comprometido com as atribuições específicas do ensino, pesquisa e extensão (40h); se vê altamente sobrecarregado de atividades EaD tais como: elaboração de material didático, cumprimento de jornada de trabalho de 15h, orientação de tutores EaD e por ventura, atendimento (virtual) aos alunos EaD, além das visitas aos polos – 4 ou 5 municípios diferentes -, dependendo da turma (2009 ou 2011) em que este professor está ministrando o curso.

Vimos que além dos professores, parte importante do desenvolvimento do curso são os tutores presenciais e a distância. Os tutores presenciais, em sua totalidade não são formados na área das Ciências Sociais, sendo assim, exercem um papel limitado no processo de desenvolvimento acadêmico dos alunos. Atuam mais como “orientadores”, com o calendário do curso, aplicando as provas presenciais, disponibilizando o material do curso na versão impressa. Segundo um de nossos professores entrevistados, quando um polo tem um tutor presencial incisivo, este colabora para o desenvolvimento dos alunos.

Já os tutores à distância são formados na área específica e são designados para atuarem diretamente no desenvolvimento acadêmico, dando o suporte teórico, tirando dúvidas, cobrando as atividades propostas e de acordo com a orientação do docente, corrigindo as avaliações.

Em relação à remuneração desses trabalhadores, todos eles são pagos com “bolsas” da Capes/UAB em valores diversos. Variam de R\$ 765,00 a R\$ 1.500, sendo que tutores e professores não recebem doze ou seis meses ao ano, mas quatro a oito meses (bolsas). Não há pagamento de hora extra, férias, décimo terceiro, por exemplo. Os coordenadores de curso e tutoria são os únicos que recebem os doze meses de bolsa.

Inclusive, caso o professor da disciplina desenvolva o respectivo material didático, a UAB paga-lhe a bolsa de “pesquisador-conteudista”, no valor de R\$ 1.300, porém esta remuneração acontece apenas uma vez por disciplina. Isto quer dizer que se o professor voltar a dar a disciplina em outro momento e tiver a intenção de revisar o material didático, não será remunerado mais uma vez; ainda que outro professor queira trabalhar a disciplina em perspectiva teórica diversa. Logo, o professor tem a sua liberdade de cátedra ferida, uma vez que este material é considerado como a base da aprendizagem do licenciando e o docente não será remunerado para elaborar um novo material. Esta é uma perspectiva incoerente com o livre exercício de pensamento e de magistério.

A UAB é um projeto de expansão da universidade pública às regiões distantes dos grandes centros urbanos, no entanto, há dois polos presenciais instalados em dois municípios a 70 km e 59 km respectivamente de Santa Maria: Agudo e Restinga Seca. Foram estes selecionados para a pesquisa de campo. No total são oito polos presenciais localizados no interior do estado do RS e um em Foz do Iguaçu (PR), entre 59 a 671 km de distância de Santa Maria.

O polo presencial é o local onde o aluno tem as aulas presenciais, provas; é o local que pode utilizar para estudar ou acessar a internet e onde atua o tutor presencial. Os polos presenciais são estruturados pelos próprios municípios, que arcam com os gastos de manutenção e de pessoal, porém quem o coordena é a “coordenadora de polo”, escolhida por processo seletivo e bolsista Capes/UAB.

Em ambos os polos encontramos uma boa estrutura, com salas de informática, salas de aula, auditório para webconferências e também bibliotecas. No entanto, tratando-se de um “campus descentralizado” da UFSM, as bibliotecas não correspondem à necessidade de um aluno de graduação em ciências sociais; foram encontrados pouquíssimos títulos, sendo que, por exemplo, os clássicos da sociologia, Marx, Weber e Durkheim, não foram encontrados. É essencial para a formação de um professor que os polos sejam bem equipados com livros, inclusive didáticos.

Em um curso de licenciatura, um dos principais momentos é a experiência do estágio curricular supervisionado. Na UFSM, isso acontece desde o 4º semestre, o que é muito positivo. Porém, em entrevista, vimos que o estágio não é acompanhado pelo professor da disciplina, mas sim pelo professor da rede estadual. Diante de uma problemática que assola o ensino de sociologia nas redes estaduais do país, neste caso, no RS, onde professores de outras disciplinas ocupam as vagas destinadas aos professores com formação plena; os licenciandos em geral fizeram o estágio com professores formados em História, Filosofia, Pedagogia. Algo que consideramos grave, uma vez que nos parece que o aluno não tem uma orientação adequada seja pela UFSM, nem pelo professor da rede.

Nesta fase de formação, o licenciando deve refletir e praticar a “transposição didática”, praticar a elaboração de materiais. Parece-nos que é focalizado na disciplina de estágio a observação das aulas na escola e a escrita de relatórios, inclusive, quem os avalia no final da disciplina - na prova de aula - é o professor da rede estadual. Para pensar em licenciatura, em formação de professores a distância, é preciso reavaliar práticas como estas que não colaboram para a melhoria do ensino básico, uma vez que os licenciandos se vêm sem uma orientação adequada nesta parte tão imprescindível do curso.

Em relação ao outro objetivo do curso de licenciatura EaD, seja ele, inclusão da população pauperizada e do interior, percebemos que o curso parece não conseguir atender ao público que ingressa na universidade. Das 398 vagas disponibilizadas nas turmas de 2009 e 2011, hoje são 199 matriculados, ou seja, 50% das vagas estão ociosas.

Um dos grandes desafios (ou limites) do curso é a manutenção desses alunos, já que apenas 35 alunos se formarão ao final do curso, de 60 inscritos em 2009 nos dois polos. Se o projeto é democratizar e ampliar o acesso, ainda que possamos e devemos questionar o que representa o ensino à distância no ensino superior, há de se pensar que existe uma quantidade grande de vagas ociosas justamente por ser um curso repleto de dificuldades para o licenciando (e por que não para os professores envolvidos também?) e que a tecnologia não dá cabo de superar. A universidade deve estar aberta a todos e todas, inclusive para trabalhar as diferenças educacionais e sociais que lhes batem à porta, como no caso EaD.

Ao final deste ano, teremos no polo de Agudo 18 licenciados em sociologia e em Restinga Seca, 17. É um número significativo de professores para a região, no entanto, recairemos no ciclo vicioso das vagas na rede estadual para sociologia que estão ocupadas por professores de outras disciplinas. Sem a alocação adequada e abertura de concursos que possa suprir a real carência de professores, haverá professores “plenos” desempregados.

Em relação ao perfil que fizemos dos alunos nos polos, vimos que cada um tem a sua especificidade. Em Agudo, a maior parte dos alunos 46% tem entre 26 e 35 anos, diferentemente de Restinga Seca, onde praticamente não há preponderância de nenhuma faixa etária, 29% têm 46 anos ou mais. De toda forma, há uma grande parcela dos estudantes com mais de 26 anos retomando os estudos através do ensino a distância. Não necessariamente retornam à universidade com a perspectiva de ser professor, mas como vimos nas entrevistas, seja porque foi a única chance de entrar para um curso superior público, ter diploma ou por curiosidade pela metodologia EaD.

Em Agudo 39% dos estudantes são do próprio município e 22% são de Santa Maria. Em Restinga Seca, 64% dos alunos são de Santa Maria, cidade bem próxima ao município do polo. Esses dados colocam em questão o caráter “democratizante” do acesso ao ensino superior pela população do interior.

Há alguns alunos já formados em Ciências Sociais (três bacharéis e uma mestre) e que provavelmente buscaram a licenciatura para poder ter a habilitação específica; infelizmente não conseguimos entrevistá-los durante o campo. Dos 35 alunos dos dois polos, apenas 6 já são professores em exercício e 8 dedicam-se apenas aos estudos.

Isto posto, consideramos que é o curso de licenciatura de sociologia à distância não tem sido desenvolvido de forma a “incluir” de forma democrática a população do interior do país, no caso, no interior do estado do RS. Visto como forma “revolucionária” de acesso à população pauperizada, metade das vagas estão ociosas e grande parte dos licenciandos são da própria cidade de Santa Maria, cidade sede da UFSM, que já possui um curso presencial. Pensar na formação do professor é: não excluir do processo de formação – mesmo que este seja realizada de forma EaD – o contato presencial entre professor e aluno; não centralizar o processo de ensino/aprendizagem na leitura e escrita, apenas. Vimos que durante o estágio docente, parte relevante na formação do licenciando, geralmente se realiza com professor não formado em Ciências Sociais e o que ainda é mais problemático, o professor da disciplina de estágio, não está próximo, não há orientação de fato.

O que nos parece é que este projeto UAB tem precarizado a formação do professor e também a atividade docente do professor universitário, como pontuamos ao longo do texto. Com isso, procuramos contribuir com alguns apontamentos para a discussão repleta de contradições sobre a nova forma de se formar professor de sociologia em um Estado onde há uma grande quantidade de professores formados em diversas áreas lecionando a disciplina em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Raquel. *Discursos, tecnologias, educação*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

BRASIL, Casa Civil. *Decreto nº5.622, de 19 de dezembro de 2005*. Regulamenta o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2005.

_____. *Decreto nº5.800, de 08 de junho de 2006*. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Brasília, 2006.

_____. *Decreto nº6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, 2007.

_____. *Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação básica nacional. Brasília, 1996.

_____. *Lei nº10.172, de 09 de janeiro de 2001*. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2001b.

_____. *Lei nº11.684, de 02 de junho de 2008*. Estabelece as diretrizes e bases da educação básica nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia no Ensino Médio como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. *Portaria nº2.253, de 18 de outubro de 2001*. Trata da oferta de disciplinas pelas instituições de ensino superior do sistema federal de ensino que, em seu todo ou em parte, utilizem método não-presencial. Brasília, 2001a.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Resumo Técnico Censo da Educação Superior de 2010*. Brasília, 2012.

LEHER, Roberto. Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. En: *Os anos Lula – Contribuições para um balanço crítico*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 369-412.

_____. Educação Superior Minimalista: a educação que convém ao capital no capitalismo dependente. *Cadernos de Texto do 32º Encontro Nacional dos Estudantes de Direito*. São Paulo, 2011, p. 03-13.

SANTOS, Bruno Lima Patrício dos. *Ampliação do Acesso ao Ensino Superior no Governo Lula: tenuidade entre democratização e privatização*. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.